



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Amapá
2ª Vara Federal Cível da SJAP

PROCESSO: 1008292-03.2020.4.01.3100

CLASSE: AÇÃO POPULAR (66)

AUTOR: RANDOLPH FREDERICH RODRIGUES ALVES

Advogado do(a) AUTOR: CARMEM CRISTINA FONSECA PINTO - AP2287

RÉU: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, UNIÃO FEDERAL, ESTADO DO AMAPÁ, EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA, OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRICO ONS, COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA, ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA, CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

Advogado do(a) RÉU: PEDRO DE MENEZES REIS - RJ127445

Advogado do(a) RÉU: LEANDRO HENRIQUE PERES ARAUJO PIAU - DF21697

DECISÃO

Em apreciação aos pedidos formulados nos requerimentos de Id. **375423565**, **375423565** e **376141358** decido-os de forma articulada nos seguintes termos:

Quanto ao Pedido de Num. **375423565**, em que a empresa **Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A – LMTE** solicita a dilação do prazo de 03 dias estabelecido no item “f” na decisão de id. 371282395 para o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica no Estado-membro do Amapá, entendo que diante da complexidade técnica da logística que vem sendo empregada para a solução do problema, fato que, aliás, constatei por ocasião da inspeção judicial realizada no local do sinistro no dia 10/11/2020, bem ainda, do empenho e dos esforços despendidos tanto pela empresa requerente como pelos demais integrantes do grupo de trabalho capitaneado pelo Ministério de Minas e Energias – MME com vista ao integral restabelecimento do fornecimento da energia elétrica neste ente da Federação, tenho por razoável o acolhimento do pedido de dilação, por mais 07 dias, do prazo estabelecido no item “f” na decisão de id. 371282395 que, embora tenha sido direcionado, inicialmente, à empresa ISOLUX, estendo seus efeitos à empresa LMTE, atual responsável pela Subestação de Macapá.

Todavia, para o caso de não cumprimento da determinação estabelecida no item “f” na decisão de id. 371282395, elevo o valor da multa para R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com arrimo nas disposições do art. 139, IV c/c art. 497 e 536, todos do vigente CPC.

No que concerne ao pedido de Num. **376065380**, a parte autora requer que os valores decorrentes de eventuais condenações por danos morais coletivos, bem os decorrentes das multas aplicadas aos responsáveis pelo descumprimento de decisões anteriores (item “f” e “b”) sejam revestidos em favor de todos os amapaenses afetados pelo sinistro, destinando-os, principalmente ao custeio pela União do pagamento de auxílio emergencial, por dois meses, no valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) à população mais carente dos 13 municípios afetados pelo apagão, assegurado o posterior direito de regresso contra os responsáveis pelo infortúnio.

É inquestionável que a ausência de energia elétrica no Estado-membro do Amapá, que já perdura por mais de dez dias, tem ocasionado incontáveis prejuízos patrimoniais e morais aos amapaenses, notadamente à população menos favorecida, diante da completa privação a serviços básicos e essenciais à dignidade humana, como o fornecimento de água potável, energia elétrica, serviços de internet, serviços de saúde, segurança pública, dentre outros, tudo potencializado pelo avanço do contágio da pandemia por coronavírus

Ademais, a população tem enfrentado sensível desabastecimento de produtos alimentícios, principalmente pela impossibilidade de conservá-los, o que denota a completa balburdia vivenciada pela sociedade amapaense, provocando gravíssimos transtornos sociais a justificar a necessidade da concessão de auxílio emergencial específico pela União, utilizando-se dos mesmos critérios da Lei 13.982/2020, com vista a amenizar o problema social instalado, em decorrência do blecaute e a permanência de seus efeitos.

Finalmente, em relação ao pedido de Id. **376141358**, em que a empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A – LMTE solicita o desbloqueio de valores determinados pela Justiça Estadual, no âmbito de Investigação Criminal, por suposta incompetência do Juízo, ressalto que, de fato, a questão relativa aos serviços e instalações de energia elétrica, nos termos do que preceitua o art. 21, XII, b da Constituição Federal de 1988, é da competência material exclusiva da União que, consoante a doutrina de **PEDRO LENZA** é “(...) **marcada pela particularidade da indelegabilidade**” (in **Direito Constitucional Esquemático**, 13 edição, p. 303).

Nesse contexto, em que pese a medida cautelar de bloqueio ter sido determinada no âmbito de investigação criminal estadual, entendo que a competência para a apuração dos fatos é da Polícia Federal, como, aliás, já foi determinado no item “e” da decisão de id. 371282395, impondo-se o reconhecimento de nulidade absoluta das investigações e, conseqüentemente, das decisões promovidas por agentes políticos sem competência constitucional para apuração e julgamento dos fatos.

Aliás, é inegável o interesse da União no caso concreto, porquanto detentora constitucional da titularidade dos serviços questionados no evento danoso (energia elétrica), tornando-se imprescindível a sua atuação e inarredável participação em todas as apurações voltadas a encontrar e responsabilizar os culpados por eventual atuação dolosa ou negligente que ocasionou o apagão no Estado-membro do Amapá.

Por outro lado, com a devida vênia à decisão proferida pela Juíza Substituta da 3ª Vara Criminal e de Auditoria Militar da Comarca de Macapá, entendo que a manutenção do bloqueio de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nas contas da empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A – LMTE, neste momento preliminar da investigação, certamente inviabilizará a atividade empresarial da referida concessionária de serviço público, ocasionando maiores transtornos à população amapaense, por retardar e comprometer, inclusive, o cumprimento das tratativas anteriores voltadas à mais breve solução do problema, como, por exemplo a vinda de

um novo transformador de energia elétrica do município de Laranjal do Jarí, além de outras determinações anteriormente deste juízo, considerando que questão deve ser deliberada na esfera jurisdicional federal, como exaustivamente frisado acima.

À luz desses fundamentos, DEFIRO em parte os pedidos formulados nos requerimentos de Num. **375423565**, **375423565** e **376141358** e, por conseguinte:

a) Estendo, por mais 07 dias, **e de maneira improrrogável**, o prazo para que a empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A – LMTE (GEMINI), restabeleça de forma INTEGRAL (100%) o fornecimento de energia elétrica no Estado-membro do Amapá, **elevando**, desde logo, e com arrimo nos fundamentos acima expendidos, a multa prevista no item “f” na decisão de id. 371282395, para R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), caso haja descumprimento. Esclareça-se que a data de 25/11/2020, todo o sistema elétrico do Estado-membro do Amapá deverá está normalizado, cessando o racionamento/rodízio de energia pela distribuidora.

b) Determino à União que viabilize, no prazo improrrogável de 10 dias, o pagamento de “auxílio emergencial” por (02) dois meses, no valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) especificamente as famílias carentes residentes nos 13 municípios atingidos pelo referido “apagão”, utilizando-se dos mesmos critérios da Lei 13.982/2020, com vista a amenizar o problema social instalado, em decorrência do blecaute e da permanência de seus efeitos. Esclareço que o prazo acima estipulado é para o início do pagamento do benefício pela CEF (que deverá observar as regras já estabelecidas em outro processo que tramita neste juízo com vista a evitar novas contaminações por Covid-19)

c) Considerando a inegável incompetência absoluta do Juízo Estadual para deliberar sobre matéria em análise, o que denota NULIDADE dos atos processuais praticados no processo nº 0037019-81.2020.8.03.0001 (Justiça Estadual), Oficie-se à ilustre Magistrada para que, em face dos fundamentos acima expostos, determine o imediato desbloqueio do valor de R\$ 50.000.000,00 promovido nas contas da empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A – LMTE (GEMINI). Não sendo referida determinação atendida no prazo de 24h após a expedição do ofício, determino que sejam oficiadas as instituições financeiras localizadas no Estado-membro do Amapá com vista a que promovam o imediato desbloqueio dos valores acima mencionados.

d) Reitero a determinação do item “c” da decisão de Num 371282395, para que ANEEL aplique à ISOLUX e à empresa por ela sucedida, Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A – LMTE (GEMINI) **todas as sanções contratuais e legais cabíveis** em decorrência de eventual conduta negligente ou dolosa que contribuiu para a desastrosa interrupção do fornecimento de energia elétrica no Estado-membro do Amapá, comprovando nos autos, no prazo de 05 dias, que fiscalizou, antes do sinistro, regularmente, o contrato celebrado com referidas empresas, inclusive, caso necessário, que promoverão a instauração de procedimento voltado à aplicação de pena de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, quanto a empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A – LMTE (GEMINI);

e) Intimem-se as partes para, no prazo de 10 dias, manifestarem-se acerca do auto circunstanciado de Inspeção Judicial.

Intimem-se, com urgência, inclusive por oficial de Justiça Plantonista.

Macapá –AP, data da assinatura.

Assinado Eletronicamente – Lei 11.419/2006

João Bosco Costa Soares da Silva

Juiz Federal – 2ª Vara

Assinado eletronicamente por: JOAO BOSCO COSTA SOARES DA SILVA

13/11/2020 14:16:54

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **376713864**



201113141654297000003

IMPRIMIR

GERAR PDF